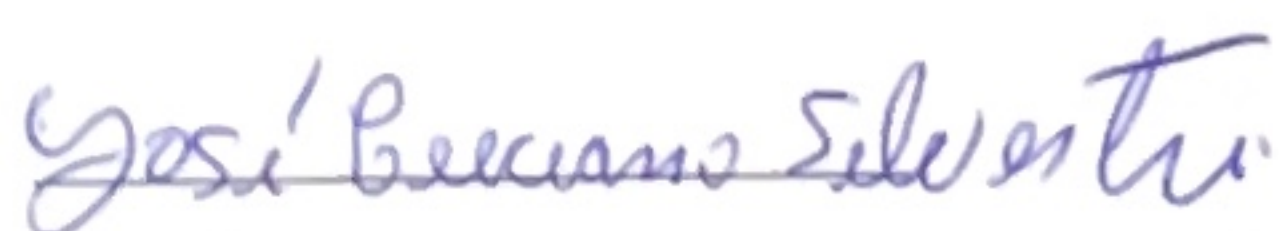


ATA DA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA
DA DÉCIMA SEXTA LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE
PASSAGEM/RN.

Aos cinco dias do mês de maio, no ano de dois mil e vinte e seis, às dezoito horas, deu-se início a mais uma sessão ordinária no Palácio Geraldo Ferreira de Lima, na cidade de Passagem/RN, no estado do Rio Grande do Norte, situada na Rua Senador Dinarte Mariz, 288 - Centro. Estavam presentes o presidente da Câmara, o **Sr. José Luciano Silvestre**; vice-presidente **Cleber Paulo Siqueira da Silva**, o primeiro secretário, **Edenilson Tavares da Silva**, segundo secretário, **Robson Sérgio Silva de Lima**; e os(as) demais senhores(as) vereadores(as): **Adeilson Arlindo da Silva**, **Antônio Lucinaldo Chaves**, **Genival Luiz dos Santos**, e **Wallace Jessione Brito Galdino**. Estando ausente justificadamente a vereadora: **Maria da Piedade de Lima Torres**. O Senhor Presidente decretou aberta a Sétima Sessão Ordinária do ano de 2026 e determinou a assinatura do livro de presença. Na sequência, o Senhor Presidente determinou a leitura da ata da sexta sessão ordinária da décima sexta legislatura desta casa. Em seguida, o presidente perguntou se havia alguma retificação, não havendo prosseguiu para votação, sendo aprovado por todos os pares presentes. Em seguida o presidente informou a ordem do dia, que foi apresentado à Câmara Municipal o **Projeto de Lei Complementar nº 001/2026**, do poder executivo, que dispõe sobre a criação do cargo de provimento em comissão de Assessor Jurídico da Defensoria Pública do Município de Passagem/RN, estabelecendo atribuições, remuneração, requisitos de investidura e dá outras providências. O projeto entrou em discussão, passou para votação sendo aprovado por todos os pares presentes. O presidente informou do **Projeto de Lei nº 008/2026**, do poder executivo, que dispõe sobre a criação do conselho municipal de política de promoção de igualdade étnico-racial-COMPPIR, no âmbito do município de passagem e da outras providências. Na oportunidade, cabe registrar que foi identificado pelo vereador Lucinaldo Chaves a existência de uma inconsistência na numeração do projeto, constando como nº 009/2026, quando, na verdade, corresponde à ordem cronológica de nº 008/2026, por tal razão houve a correção ao número do projeto de Lei, sendo aprovada pelo plenário a emenda corretiva, em seguida projeto entrou em discussão, passou para votação sendo aprovado por todos os pares presentes. Ato contínuo, o presidente passou a palavra para o vereador Cleber, que prestou uma homenagem aos familiares do pastor Adjair Américo de Medeiros, o vereador convidou os familiares e o pastor Erinaldo para realização da leitura da moção de pesar. Onde foi destacada a trajetória do pastor Adjai Américo como homem de fé, servo dedicado e exemplo de amor ao próximo, ressaltando seu compromisso com a obra de Deus, o cuidado com as pessoas e sua atuação marcada por humildade, dedicação e princípios cristãos, foi um verdadeiro instrumento de Deus na vida de muitos. Foi encerrada a homenagem com a citação bíblica: "Combati o bom combate, terminei a carreira, guardei a fé." Em seguida, o presidente facultou a palavra e o vereador Adeilson solicitou que ficasse registrado em ata pedido verbal direcionado ao Poder Executivo Municipal, informando que também protocolaria requerimento formal solicitando esclarecimentos acerca da suspensão e dos critérios de pagamento dos auxílios sociais municipais.

Na solicitação, o vereador requereu informações oficiais sobre a realização de triagem dos beneficiários, os critérios adotados para concessão dos pagamentos, bem como a cronologia dos pagamentos efetuados nos últimos quatro meses do ano de 2026. O vereador justificou o pedido afirmando que recebeu diversas reclamações e questionamentos da população acerca do não pagamento dos auxílios, ressaltando o papel do vereador como representante da comunidade e porta-voz das demandas populares. Ainda em sua fala, informou ter tomado conhecimento de informações sobre a realização de novo cadastramento dos beneficiários em decorrência de denúncia anteriormente mencionada na Câmara Municipal, porém ressaltou não possuir confirmação oficial sobre os fatos. Destacou que pretende buscar esclarecimentos diretamente junto ao Ministério Público, por meio de reunião com o promotor responsável, a fim de verificar se houve determinação para suspensão dos pagamentos e quais os fundamentos legais da situação. Por fim, convidou os demais vereadores, tanto da oposição quanto da situação, para acompanharem a reunião junto ao Ministério Público, defendendo a importância da transparência e da correta prestação de informações à população. Também informou que encaminhará requerimento formal à Prefeitura Municipal solicitando os documentos e esclarecimentos relacionados ao tema. O presidente respondeu ao vereador que os pagamentos dos auxílios sociais estão suspensos há meses devido a uma denúncia envolvendo o programa. Informou que a Prefeitura está realizando uma nova triagem e atualização cadastral dos beneficiários, exigindo documentação e regularização do NIS para adequação às exigências legais. Segundo ele, cerca de 200 pessoas poderão deixar de receber o benefício por não atenderem aos requisitos exigidos. Destacou ainda que a gestão municipal trabalha para regularizar a situação e retomar os pagamentos até o dia 10, buscando evitar novas irregularidades e garantir a continuidade legal do programa social. O vereador Lucinaldo iniciou sua fala defendendo que os projetos relacionados ao auxílio social devem passar pelas comissões da Câmara antes de irem ao plenário, para permitir uma análise mais detalhada e evitar falhas, especialmente na definição de critérios para os beneficiários. Ressaltou que o programa é destinado às famílias carentes do município e que todos os vereadores já haviam aprovado a proposta por reconhecerem sua importância social. Em seguida, afirmou que, caso tenham sido identificadas falhas na lei ou no cadastro dos beneficiários, é necessária a realização de um processo de revisão e organização do programa, ainda que isso cause impactos temporários nos pagamentos. Segundo ele, após a regularização, os beneficiários poderão ser novamente incluídos. O vereador também comentou sobre ações relacionadas à recuperação de uma rodovia estadual, informando que já foram realizadas medições e que há previsão de início de obras, possivelmente com reconstrução do trecho, destacando que acompanha de perto essas providências. Em seguida o presidente deu por encerrada a presente sessão que vai assinada por todos os pares presentes.

Passagem/RN, 05 de maio de 2026.


JOSÉ LUCIANO SILVESTRE

Edenilson Tavares da Silva

EDENILSON TAVARES DA SILVA

ROBSON SERGIO SILVA DE LIMA

CLEBER PAULO SIQUEIRA DA SILVA

Genival Luiz dos Santos

GENIVAL LUIZ DOS SANTOS

Adeilson A. da Silva

ADEILSON ARLINDO DA SILVA

MARIA DA PIEDADE DE LIMA TORRES

ANTÔNIO LUCINALDO CHAVES

Wallace Jessione Brito Galdino

WALLACE JESSIONE BRITO GALDINO